



Direitos dos Animais

11

Direitos dos Animais

O respeito aos direitos e a proteção aos animais integram cada vez mais as políticas públicas em todo o mundo. Em Belo Horizonte, são propostas do Programa BH da Esperança:

Criar e institucionalizar a **Agenda Municipal da Proteção e Defesa dos Direitos Animais**, incluindo a ampliação da rede de parcerias para cuidados específicos da saúde de animais, a ampliação da guarda responsável e o manejo ético de cães e gatos, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Desenvolver e implementar políticas que garantam o respeito e a **proteção dos direitos dos animais e a conservação da biodiversidade**, promovendo uma coexistência ética e sustentável.

Implementar políticas de educação para a conscientização sobre o bem-estar animal e a **guarda responsável**, promovendo uma relação mais respeitosa e saudável.

Implementar políticas de promoção da saúde integral animal, com fortalecimento das ações de prevenção a doenças (campanhas de vacinação, etc) ampliação de espaços que viabilizem práticas de convívio, lazer e bem estar.



Políticas para Educação



Políticas para Educação

A educação pública municipal registrou muitos avanços nos últimos anos. O desafio da aprendizagem foi enfrentado de forma inovadora, ao criar uma política de educação infantil referência nacional, da mesma forma que promoveu a extensão do tempo vinculado à escola. No entanto, BH pode mais e ainda há muito a avançar. São nossas propostas:

Criar efetivas estratégias de articulação dos serviços municipais de educação escolar, da Saúde, da Assistência Social, da Cultura, da Segurança, do Lazer e dos Esportes que atuam nos diversos territórios e destes com os demais serviços públicos e com os coletivos populares, para o pleno desenvolvimento do projeto educativo, político cultural que propomos.

Garantir a universalização de acesso de crianças de 0 a 3 anos a escolas da rede própria ou creches conveniadas em tempo integral.

Ampliar o número de matrículas e **escolas em tempo integral**.

Criar de forma participativa um **plano de férias para crianças**, com o objetivo de garantir o direito ao brincar e ao lazer.

Ampliar as condições de atendimento, na escola, de pessoas com deficiência, em continuidade à **política de inclusão**, equipando a escola com materiais, profissionais, sistemas de apoio à saúde e demandas pela assistência.

Construir coletivamente políticas para **garantia da segurança interna nas escolas**, envolvendo a comunidade escolar, os demais serviços públicos e os coletivos que atuam no território.

Implementar ações intersetoriais contra a evasão ou abandono escolar.

Fortalecer a política municipal de alimentação escolar, sempre ampliando sua qualidade e adequação ao desenvolvimento do(a)s educando(a)s.

Implementar ações para enfrentar as dificuldades de funcionamento da Educação de pessoas jovens, adultas e idosas - EJA, visando **avançar com a escolarização e formação tecnológica dos educandos**.

Ampliar o benefício do Programa Pé-de-Meia do Governo Federal para estudantes do ensino fundamental e para alunos do EJA.

Vincular todas as políticas municipais ao letramento político e de direitos da população em geral, concebendo-se Belo Horizonte como uma **cidade educadora para a cidadania**.

Garantir o pagamento integral do piso nacional do magistério e respeito à carreira dos ativos e aposentados; cumprir a paridade salarial entre professores aposentados e da ativa.

Executar permanentemente adequações e melhorias na infraestrutura para garantir que todas as escolas da Rede tenham um espaço físico adequado e ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e propício para o ensino-aprendizagem.

Dotar todas as escolas de infraestrutura tecnológica, garantindo internet de banda larga (computadores e outros dispositivos).

Estabelecer parcerias com universidades públicas para investimentos no desenvolvimento profissional docente e em pesquisas, com oferta de cursos, seminários e assessorias relacionadas a educação antirracista, educação especial na perspectiva inclusiva, etc.



Política Urbana e Habitação

13

Política Urbana e Habitação

O modelo de desenvolvimento econômico adotado em Belo Horizonte tem privilegiado o setor imobiliário, em detrimento de outras vocações, como prestação de serviços, indústria tecnológica e criativa (moda, design, gastronomia, dentre outras) e ensino. O resultado disso é uma pressão gigantesca sobre o território, com aumento de índices construtivos e seus impactos negativos em mobilidade e no meio-ambiente urbano. Para reverter esta realidade, torna-se imprescindível:

Garantir e efetiva implementação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor do Município, especialmente aqueles que induzem a redistribuição do acesso aos serviços da cidade, à terra urbanizada e à moradia adequada.

Fomentar a requalificação de centralidades locais e regionais, para **induzir a descentralização** de serviços, espaços de convivência e oportunidades de trabalho.

Planejar as adequações de áreas públicas com foco nas mulheres e crianças, para garantir uma cidade para todos.

Garantir que as alterações do Plano Diretor ocorram apenas após os devidos processos participativos, nas Conferências de Política Urbana.

Implementar ações para **garantir a acessibilidade universal** nas edificações públicas e de uso coletivo e nos estacionamentos.

Garantir que o projeto de transformação da área do **Aeroporto Carlos Prates** contemple a implantação de parque, a oferta de habitação de interesse social, de comércios e serviços, além de equipamentos como escolas, UPA, Centro de Saúde e Centro Cultural.

Assegurar a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, com apoio de recursos federais (Minha Casa Minha Vida) e municipais; ampliar programas de Assistência e Assessoria Técnica para a autoconstrução; reestruturar e ampliar o programa de locação social, fortalecer o Programa Estrutural em Áreas de Risco; e favorecer a conversão de edifícios vazios para destinação a habitação de interesse social.

Dar continuidade ao Programa Vila Viva, implantando obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer.

Fortalecer o programa de moradia popular em Belo Horizonte com o **aproveitamento dos imóveis vazios**, especialmente os de áreas centrais, que não cumprem sua função social.

Considerar nos planos e programas de habitação de interesse social critérios de vulnerabilidade climática associados à garantia de oferta de moradia acessível, segura e sustentável.

Criar mesa de diálogo permanente para tratar dos conflitos fundiários em contextos de interesse social e de imóveis ocupados por população de baixa renda, com participação das comunidades, movimentos e interessados, visando evitar remoções forçadas e promover a efetivação do direito à moradia.

Criação da Secretaria Municipal de Periferias, para a articulação com os territórios periféricos e Territórios da Cidadania, de forma a compreender as suas necessidades e

desenvolver estratégias intersetoriais de melhoria das suas condições de vida, de forma a promover uma priorização do orçamento e das ações do poder público nos territórios que mais vulneráveis



Políticas Ambientais

14

Políticas Ambientais

Apesar da agudização dos problemas causados pela exploração irracional dos recursos naturais, como a mineração na Serra do Curral, a política ambiental parece ser irrelevante na agenda pública de Belo Horizonte. Resultado disso, a cidade registra crescente degradação ambiental e as suas áreas verdes perdem cada vez mais espaço para a selva de concreto, fruto tanto de privilégios e concessões dadas pelo poder público a setores do mercado imobiliário, quanto da ineficiência da fiscalização e controle. Diante disso, propomos:

Instituir o Plano Municipal de Enfrentamento e Adaptação às Mudanças Climáticas, com vista a prevenir e minimizar danos de eventos climáticos extremos.

Incentivar a utilização de instrumentos de edificações sustentáveis, visando reduzir o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos no processo produtivo e aumentar a eficiência em relação ao consumo de água e de energia durante a vida útil da edificação.

Implantar o Programa Reflorestar BH buscando atingir a meta de 1 árvore por habitante, a ser atingida no máximo em 8 anos, sendo no mínimo o plantio de 60% nos primeiros quatro anos, em parceria com a sociedade civil e setor empresarial, para o manejo, gestão e preservação do capital arbóreo.

Consolidar a implantação da rede de áreas de estruturação ambiental prevista no Plano Diretor Municipal, integrando conexões verdes de corredores viários e conexões de fundo de vale.

Incentivar a utilização de lotes vagos e vazios urbanos para implantação de **hortas comunitárias** e/ou pontos de coleta de resíduos orgânicos para compostagem.

Criar o Parque Nacional da Serra do Curral, em parceria com o Governo Federal.

Ampliar o Programa Adote o Verde para a conservação de áreas verdes, praças e jardins públicos com a parceria da sociedade civil e do setor empresarial.

Melhorar as condições e qualidade para usos dos parques em relação à infraestrutura e equipamentos, com ênfase na acessibilidade e videomonitoramento.

Ampliar o programa de **prevenção e combate aos incêndios** florestais.

Elaborar os planos de manejo específicos para parques urbanos, qualificando os fluxos de manutenção, uso público e conservação da biodiversidade.

Assegurar a continuidade e o permanente aperfeiçoamento das ações de **reabilitação da Bacia Hidrográfica e da Lagoa da Pampulha**.

Monitorar e cobrar da COPASA a **implementação das ações voltadas à universalização dos serviços de esgotamento sanitário na Bacia da Pampulha**, conforme o estabelecido no Plano de Ação, homologado junto ao Poder Judiciário.

Aumentar o número de bairros atendidos por coleta seletiva porta a porta e implantar coleta seletiva em todos os estabelecimentos do ensino público municipal.

Desenvolver projeto específico para viabilização de coleta seletiva em Zonas/Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS/AEIS).

Desenvolver um programa de **incentivo à instalação de Ecopontos** para logística reversa em revendedores, supermercados, farmácias e similares, visando ao recolhimento de materiais recicláveis.

Ampliar o número de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs).

Elaborar e implementar, com a participação dos grandes e médios geradores de resíduos orgânicos, um **plano de ações com metas para gestão, redução e destinação adequada dos resíduos orgânicos**.

Implantar a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, promovendo a remuneração de catadores, recicladores e cooperativas que fazem a coleta seletiva e a correta destinação dos materiais recicláveis em reconhecimento ao serviço prestado de recuperação e melhoria das condições ambientais dos ecossistemas



Políticas de Saneamento

15

Políticas de Saneamento

Ao longo dos últimos anos, Belo Horizonte experimentou políticas e ações exitosas de recuperação integrada de áreas degradadas – recuperação de fundo de vale, proteção de encostas, coleta e destinação de esgoto e de resíduos sólidos e reassentamento da população afetada –, tais como aquelas praticadas pelo Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Córregos em Leito Natural (Drenurbs) e pelo Vila Viva. Para ampliar estas experiências, são nossas propostas:

Dar continuidade à **Política Municipal de Saneamento**, com revisão participativa do Plano Municipal de Saneamento, participação social no Conselho Municipal de Saneamento e transparência no aporte e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento.

Assegurar o saneamento básico como um direito de todo cidadão, considerando os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.

Reconhecer a COPASA como um bem público do povo mineiro, sendo inaceitável sua privatização, conforme já expresso no contrato de concessão do município com a empresa.

Posicionar a Administração Municipal como contrária à privatização dos serviços de saneamento, tendo em vista os riscos que este modelo representa, em especial no que refere à efetiva atuação do município enquanto poder concedente, aos riscos

reais de redução do controle social sobre os serviços, aos riscos de elevação de tarifas e de precarização na prestação dos serviços, em especial para as populações em situação de vulnerabilidade social.

Desenvolver alternativas para **geração de renda com atividades relacionadas ao saneamento.**

Atuar no sentido da construção de uma política que vise **garantir o direito humano de acesso à água tratada**, utilizando-se de mecanismos legais e equipamentos que assegurem a oferta gratuita de um volume mínimo de água (6 m³ de água mensais por economia) para satisfazer as necessidades básicas das famílias em situação de Extrema Pobreza, Pobreza e Baixa Renda.

Monitorar o plano de ações para emergências e contingências, (Plano de Segurança Hídrica), elaborado pela Copasa, para a garantia do abastecimento público de água em caso de risco de rompimento de barragens de rejeitos de mineração que comprometam os sistemas produtores interligados.

Aprimorar a gestão compartilhada entre município e Copasa, para atuar na identificação e solução dos problemas de lançamento de esgoto em redes pluviais.

Garantir a universalização da coleta e tratamento do esgoto gerado em Belo Horizonte.

Dar continuidade ao Programa Drenurbs, viabilizando a adoção de ações de saneamento integrado e de tratamento de fundos de vale, privilegiando a implantação de parques ciliares e assegurando a não transferência de riscos para jusante.

Aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento Hidrológico e de **Alerta contra Inundações.**

Assegurar a aplicação de recursos na **manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem**, tendo em vista a sustentabilidade dos investimentos realizados.

Ampliar o monitoramento dos pontos de inundação com a participação de moradores locais e reforçar os instrumentos de comunicação e informação à população.

Assegurar investimentos em obras estruturantes, valorização das ações de planejamento, monitoramento, prevenção e contingência, no contexto da execução da Política Municipal de Gestão do Risco de Inundações.

Ampliar a utilização de tecnologias verdes e azuis, em especial de soluções baseadas na natureza, privilegiando a aplicação de dispositivos de retenção e infiltração de águas pluviais em áreas e equipamentos públicos (jardins de chuva, telhados verdes e outros).



Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo

16

Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo

A mobilidade urbana está cada vez mais comprometida em Belo Horizonte, devido à precariedade do sistema de transporte coletivo, dos ônibus ao Metrô, privatizado pelo Governo Zema em 2022. Por outro lado, registra-se o grande crescimento da frota de veículos e motos, que praticamente para a cidade nos horários de pico. Diante disso, defendemos:

Fortalecer o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, renovando sua composição e lhe atribuindo caráter deliberativo em questões centrais da mobilidade urbana.

Fortalecer as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito.

Garantir a manutenção das calçadas e estabelecer rotas de pedestres seguras, com acessibilidade universal, arborizadas, confortáveis e bem iluminadas.

Ampliar a rede de ciclovias e ciclofaixas, tornando a cidade mais segura para ciclistas, promover campanhas e estratégias para aumento do número de ciclistas, bem como instalar novos pontos de bicicletas compartilhadas.

Implantar medidas de prioridade ao transporte coletivo, com destaque para vias e faixas exclusivas, com acessibilidade garantida através de calçadas e travessias de pedestres no entorno dos pontos de embarque e desembarque na cidade.

Garantir a implantação e manutenção de pontos de ônibus seguros e acolhedores em todas as paradas existentes (iluminação e abrigo).

Revisar a política tarifária do transporte coletivo, com controle social, perseguindo gradualmente a redução da parcela paga pelos usuários e criando instrumentos de ampliação do subsídio tarifário, em parceria com o Governo Federal, sem onerar o orçamento atual, com vistas a implantar gradativamente a gratuidade tarifária universal – a Tarifa Zero.

Centralizar o subsídio ao sistema de transporte coletivo a partir do **Fundo de Subsídio e Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo** – instrumento aprovado na lei do Plano Diretor.

Criar uma política específica e separada de subsídio para o transporte suplementar.

Rever e ampliar a licitação de transporte suplementar.

Impor às empresas que operam o sistema de transporte coletivo uma fiscalização eficiente, para garantia da qualidade do serviço.

Buscar a integração da rede metropolitana de transporte de forma a obter melhor atendimento à população, evitando a sobreposição de linhas, racionalizando custos e praticando tarifa única e integrada, o Bilhete Único Metropolitano.

Preparar a nova licitação para o Transporte Coletivo a ser implantada após o vencimento dos contratos atuais, de forma a rever o modelo de contratação adotado, bem como obrigar a que as empresas passem a ser apenas prestadoras do serviço e que toda a Gestão do TP (itinerários, horários, tipo de veículo, tarifas e outros) seja definida diretamente pela Prefeitura, através de um Órgão Gestor.

Estruturar a gestão do transporte coletivo em um Órgão Gestor forte, capacitado tecnicamente e tecnologicamente para gerir todos os aspectos da Mobilidade Urbana.

Garantir as obras de requalificação do Anel Rodoviário, com implantação dos viadutos de transposição e de medidas para redução dos acidentes.

Implementar soluções de logística urbana, com integração metropolitana, trazendo soluções sustentáveis, como Centro de Distribuição de Mercadorias, Postos de entrega, entrega de último quilômetro, entre outras.

Buscar a política de zero emissões de carbono, com a eletrificação da frota a serviço da Prefeitura e de transporte coletivo no prazo de 4 anos.

Instituir programa municipal de segurança no trânsito, com vistas a zerar até 2030 o número de mortos em acidentes de trânsito, tendo como indicador o número de óbitos ocorridos em até 30 (trinta) dias após o acidente e a ela relacionados.

Investir na educação para a mobilidade com o objetivo de construir uma cultura cidadã de comportamento seguro e sustentável na mobilidade urbana.



Desenvolvi- mento Econômico e Tecnológico

17

Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Com localização estratégica no centro do país, parques tecnológicos do porte do BH-TEC e polos de referência da Economia Criativa, Belo Horizonte conta com condições potenciais para ocupar papel de destaque no desenvolvimento econômico e sustentável nacional, gerando renda e trabalho para a sua população. Mas para que a Prefeitura retome a condição de força indutora deste processo, propomos:

Elaborar e implantar projeto de desenvolvimento econômico centrado no enfrentamento da crise climática, na redução das desigualdades sociais e em atividades econômicas sofisticadas, dos setores de serviços e indústria tecnológica, considerando, entre outras iniciativas:

- colaboração efetiva com universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, que potencialize o alto capital social da cidade;
- viabilização de Belo Horizonte como capital do empreendedorismo de base tecnológica
- desenvolvimento de tecnologias de informação voltadas para a melhoria da mobilidade, segurança, sustentabilidade, transparência e prestação de serviços on-line;
- e estímulo à formação de novas centralidades na cidade, atreladas ao desenvolvimento de atividades econômicas sofisticadas.

Promover a especialização produtiva de Belo Horizonte como fornecedora de serviços tecnológicos de alto valor agregado, acoplados a cadeias industriais da cidade, do estado e do país, e

da produção industrial intensiva, de maneira articulada como o Plano Nova Indústria Brasil, do Governo Federal.

Estabelecer parcerias para combater a desproteção trabalhista, a precarização das condições de trabalho, as formas de produção e reprodução de desigualdades e a discriminação no mercado de trabalho, sobretudo de jovens, mulheres, negros e indígenas, da população LGBTQIAP+ e acima de cinquenta anos.

Criar programa de parcerias para garantia do **Primeiro Emprego de Qualidade**.

Criar programa de microcrédito produtivo que favoreça empreendimentos populares e solidários, associações de catadores de materiais recicláveis, produções de agroecologia urbana e outros.

Estruturar escritórios regionalizados para intermediação de empregos e assessoria quanto a **formalização de microempresas**, acesso a crédito e articulação de redes para realização de pequenos negócios.

Estabelecer parcerias para **apoio a trabalhadores por aplicativo**.

Estabelecer política de regulamentação e fomento de atividades econômicas desenvolvidas por trabalhadores ambulantes, com corredores populares e outras estratégias que possibilitem a ocupação adequada, segura e viva espaço urbano para geração de renda e de benefícios à população.

Priorizar o desenvolvimento de Belo Horizonte como cidade inclusiva, produtora de tecnologias avançadas e infraestrutura urbana moderna, com ênfase na qualidade de vida dos cidadãos.

Promover Belo Horizonte como destino turístico e sua transformação em destino turístico inteligente, o que implica priorizar investimentos em infraestrutura urbana, acessibilidade, sustentabilidade e inovação como elementos para ampliar sua visibilidade e competitividade internacional.

Promover a internacionalização da capital, como motor para o seu desenvolvimento sintonizado com a Ciência, Tecnologia, Inovação, Cultura, Criatividade, Turismo, Gastronomia, Sustentabilidade Ambiental e Inclusão.

Instituir o conceito de Orçamento Verde nos instrumentos municipais de planejamento, para incorporar critérios de gestão orçamentária comprometida com resultados socioambientais e marcação de ações ambientais no orçamento (green tagging), garantindo transparência e relevância à agenda ambiental.



Segurança Pública Cidadã

Belo Horizonte precisa avançar na implementação de uma política de Segurança Pública como direito de cidadania, bem público e fundamento de uma ordem cidadã democrática, que garanta a convivência segura e pacífica da população, como preconiza o PRONASCI. Segurança para todos, na perspectiva da construção de uma cidade inclusiva e plural, que respeita e promove a diversidade cultural, integrando as políticas públicas e sociais com um olhar sobre os territórios. Para tanto, são propostas do Programa BH da Esperança:

Fortalecer o papel do município na redução e prevenção das violências e criminalidade, sobretudo nos grupos e territórios mais vulneráveis, tendo como base de consenso a necessidade de se enfrentar as condições econômicas e sociais adversas, que favorecem a criminalidade e a vitimização.

Promover uma gestão integrada e cidadã da Segurança Pública, fortalecendo as atuais estruturas de governança (Secretaria Municipal de Segurança Pública - SMSP, Centro Integrado de Operações - COP e Guarda Municipal), com ações articuladas com a União (SENASP) e o Estado, conforme diretrizes do SUSP e PRONASCI.

Promover ações de readequação dos espaços públicos tomados por cenas de usos de drogas, em conjunto com o trabalho realizado pelas equipes da Saúde e da Assistência Social.

Fortalecer os equipamentos já existentes baseados em tecnologia e vídeo monitoramento, para ajudar a recuperar bens roubados ou identificar pessoas procuradas.

Ampliar e promover a utilização saudável dos espaços públicos em territórios vulneráveis, por meio do fomento a iniciativas esportivas, culturais e gastronômicas, bem como a utilização comunitária dos equipamentos públicos, como escolas, em períodos de férias e finais de semana.

Promover a segurança cidadã nas escolas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e sob sua coordenação.

Promover e fortalecer a formação continuada da Guarda Municipal, considerando temas como, isonomia na abordagem, civilidade, população em situação de rua e usuária de drogas, política de redução de danos em relação ao uso de drogas, violência doméstica e familiar, violência baseada em gênero e mediação de conflitos.

Ficha Técnica

Coordenação do Programa de Governo

Cleber Maia

Flávia Mourão Parreira do Amaral

Guilherme Alves de Oliveira (Guima)

Jô Moraes

Luiz Soares Dulci

Colaboradores

Afonso Carneiro

Alexandre Braga

Alexandre Heringer Lisboa

Alexandre Mário de Freitas

Aloisio Lopes

Amanda Medeiros

Ana Flávia Machado

Ana Hermeto

Ana Luiza Evangelista de Faria

Ana Luiza Nabuco

Ana Paula Siqueira

Ana Vitória Penido

André Veloso

Angélica Sales Dias

Antônia Vitória Aranha

Antônio Macedo

Ariel Morelo

Augusta Aparecida Neves Mendonça

Beatriz Carmo e Silva

Bernardo Campolina

Bernardo Mata Machado

Bráulio Neves

Bruno Lazzarotti Diniz Costa
Bruno Pedralva
Carlos Alberto de Almeida "Gonzaguinha"
Carlos Medeiros
Carlos Silveira
Celia Maria Costa
Cesaria Alice Macedo
Cida Falabella
Cláudia Houara de Castro
Claudinéia Jacinto
Claudio Scliar
Clelio Campolina Diniz
Comissão do Programa de Saúde - Núcleo de Saúde do PT-BH
Comitê Popular em Defesa do SUS e da Vida.
Crispim Moreira
Denise Formoso
Diogo Santos
Dirce Taroni
Edmar Guariento Gadelha
Edna Martins Borges
Eduardo Bittencourt
Elaine Nassif
Eliane Teresinha Guedes
Élido Bonomo
Elisabete Andrade
Ernesto Passos de Andrade
Evandro
Ezequiel Henrique Rezende
Fábio Ramos Nunes
Fausto Pereira dos Santos
Fernando Remo Júnior
Filipe Martins
Flávia Mourão Parreira do Amaral
Frederico G. Jayme Jr
Frederico Santana Rick
Gabriela Goulart
Gelton Pinto Coelho
Geraldo Arcoverde
Geraldo Herzog

Geraldo Magela "Geraldinho"
Geraldo Márcio Alves dos Santos
Gladys Andrade
Haydée Frota
Helvécio Miranda
Henrique Porto
Humberto Carneiro
Isabel Cristina de Lima Lisboa
Jáima Pinheiro de Oliveira
Jairo dos Santos
João Bosco Senra
João José
João Prates Romero
João Tonucci
Jonas da Silva Henrique
Jorge Mairink
José Antonio Ribeiro (T'sé)
José Crus
Júlia Inês Aguilár
Juliana Lima
Kelly Cristina Lima Rosa Abrantes
Leonardo Guerra
Leonardo Nogueira Alves
Letícia Godinho
Lúcia Formoso
Luciano Mendes
Luiz Carlos Miranda
Luiz Fernando Vasconcelos
Luiz Torres
Luiza Dulci
Marcelo Maia
Marco Tulio Mello
Marcos Fontoura
Marcos Jota
Maria do Pilar Lacerda
Maria Helena Franco Morais
Maria Thereza Fonseca
Marina Paula Oliveira
Marina Sanders

Miriam Gomes Alves
Miriam Maria Chaves
Monica Correia
Mônica Maria de Souza
Munish
Murilo Valadares
Natacha Rena
Neide Maria Pacheco
Nilo Oliveira
Nilo Sergio Gomes
Ofélia de Lourdes Hilário de Oliveira
Oswaldo Dehon
Pamela Margarida
Patrícia Moreira
Paula Ribeiro Guimarães
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral
Renan Pereira Almeida
Ricardo Lima
Ricardo Mendanha Ladeira
Richardson Santos de Freitas
Ronaldo Serpa
Rosalva Portella
Rosângela Viana Vieira
Samira Zaidan
Sibelle Diniz
Silvio Motta
Socorro Pirâmedes
Sueli Lisboa
Thayan Rodrigues
Tiago Sóstenes
Valdete Lima Bontempo
Valquiria Assis
Vicente Trindade
Wesley Cantelmo
Yany Mabel

BH

da ESPERANÇA

